

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

ANDRESSA MAYRA DOS SANTOS FUKUDA

INCLUSÃO ESCOLAR: A DEFICIÊNCIA VISUAL EM QUESTÃO

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2012

ANDRESSA MAYRA DOS SANTOS FUKUDA



INCLUSÃO ESCOLAR: A DEFICIÊNCIA VISUAL EM QUESTÃO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientador(a): Prof. M.Sc Silvana Mendonça Lopes Valentin

MEDIANEIRA

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

Inclusão Escolar: A Deficiência Visual Em Questão

Por

Andressa Mayra dos Santos Fukuda

Esta monografia foi apresentada às 8:20h do dia 24 de novembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. *M.Sc.* Silvana Mendonça Lopes Valentin
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof^o. *M.Sc.* Ricardo dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Dr^a. Shiderlene Vieira de Almeida
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Esp. Flóida Baptista
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho a todos que buscam
meios e incentivam a inclusão de
portadores de necessidades específicas.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

À minha orientadora professora mestre Silvana Mendonça Lopes Valentin, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.”

(NELSON MANDELA).

RESUMO

FUKUDA, Andressa Mayra dos Santos. Inclusão Escolar: a deficiência visual em questão. 2012. 45. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem na inclusão de aluno com necessidade específica - deficiência visual (baixa visão), bem como, a verificação do uso de adaptações utilizadas na instituição nas aulas da disciplina de Língua Portuguesa. A metodologia empregada nesta pesquisa foi de cunho qualitativo com base em um estudo de caso no Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, localizado no município de Foz do Iguaçu – PR e teve a intenção de analisar e descrever como é o comportamento do aluno com necessidade específica perante os demais colegas da classe, com a professora de Língua Portuguesa e a equipe pedagógica, e se é explorado o uso de tecnologias assistivas e amenizar as dificuldades encontradas pelo aluno nesse contexto. Através desta pesquisa verificamos a interação aluno-aluno pela ajuda que seus colegas proporcionam em sala de aula, a interação aluno-professor que ficou demonstrada pela preocupação da professora em auxiliar o aluno e promover adaptações nas provas e atividades em sala de aula. A interação aluno-equipe pedagógica foi demonstrada pela proposição por parte da equipe pedagógica no uso de lupa pelo aluno. Tentamos propor tecnologias assistivas, mas nos deparamos por parte do aluno que o mesmo teve auxílio por parte do colégio com aquisição de lupas, e não obteve êxito. Entendemos que a instituição educacional proporciona e disponibiliza tecnologias assistivas para o aluno, contudo o mesmo prefere que os colegas de classe o auxiliem, também verificamos a necessidade do acompanhamento familiar e a interação da equipe pedagógica na formulação do Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Necessidades específicas. Tecnologia assistiva.

ABSTRACT

FUKUDA, Andressa Mayra dos Santos. School Inclusion: visual impairment in question. 2012. 45. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

This research aimed to identify the difficulties in teaching and learning in the inclusion of students with specific needs - visual disabilities (low vision) as well as the verification of the use of adaptive equipment used in class institution in the discipline of Portuguese. The methodology used in this study was a qualitative one based on a case study in the State College Carlos Drummond de Andrade, located in the city of Foz do Iguaçu - PR and intended to analyze and describe how the student's behavior with specific need before the other classmates with the teacher of Portuguese and teaching staff, and is exploring the use of assistive technologies and alleviate the difficulties encountered by the student in this context. Through this research verified the student-student interaction by providing assistance to their colleagues in the classroom, the student-teacher interaction that was demonstrated by the concern of the teacher in helping students and promote adaptations in tests and activities in the classroom. The teaching staff-student interaction was demonstrated by the proposition by the teaching staff in the use of magnifying glass by the student. We try to propose assistive technologies, but we are faced by the student who had the same aid from the college with purchase of loupes, and was unsuccessful. We understand that the institution provides educational and assistive technologies available to the student, however it prefers that assist classmates, we also noticed the need for monitoring the interaction of family and teaching staff in the formulation of Project Political.

Keywords: Inclusive education. Special needs. Assistive technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escala de Snellen.....	17
Figura 2 – Lupa Manual e lupa com iluminação.....	18
Figura 3 – Tela de Aumento 2x	18
Figura 4 – Localização Geográfica do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade.....	19
Figura 5 - Aluno com baixa visão – FJA.....	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1 MARCOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO SOBRE INCLUSÃO.....	14
2.2 DEFICIÊNCIA VISUAL.....	16
2.3 TECNOLOGIAS ASSSISTIVAS	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
3.1 LOCAL DA PESQUISA	19
3.2 TIPO DE PESQUISA	19
3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	20
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30
APÊNDICE(S)	34

INTRODUÇÃO

A inclusão contribui para a construção de uma nova sociedade, ou seja, a integração da sociedade com necessidades específicas. No Brasil, a educação inclusiva visa inserir crianças com necessidades específicas no ensino regular. Essa concepção fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, que garante a todos o direito à educação.

Para conhecer um pouco mais sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência visual e baixa visão, e verificar como é o processo em relação ao ensino e aprendizado destes alunos, realizou-se uma pesquisa que teve por objetivo identificar as dificuldades e o processo de interação aluno-equipe pedagógica, aluno-professor, aluno-aluno nas aulas da disciplina de Língua Portuguesa.

Para fundamentar nossa pesquisa de campo, primeiramente fizemos uma pesquisa bibliográfica, para auxiliar nas discussões apresentadas e na interpretação dos dados. Após a realização da pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa exploratória, do tipo estudo de caso, com um aluno com deficiente visual do terceiro ano do ensino médio. Para realização dessa pesquisa, foi feita uma entrevista estruturada com questões abertas ao aluno, a professora de Língua Portuguesa e a supervisora do colégio, para verificar como é realizado e aplicado as adaptações para trabalhar com este aluno, a fim de auxiliar o processo de aprendizagem. Essa pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, localizado na cidade de Foz do Iguaçu – PR.

Diante do exposto, na primeira seção dessa pesquisa foi apresentada a história e legislação da educação inclusiva. Em seguida, foi realizada uma discussão sobre a definição de deficiência visual, de acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde) e outros autores que tratam do assunto. Logo após, na terceira seção foi abordado às tecnologias assistivas, e a utilização de material de apoio ao aluno pesquisado. No terceiro capítulo, foi relatado o local da pesquisa, tipo de pesquisa, coleta de dados e análise dos dados. E por último, dedicamos atenção à instituição educacional e aos sujeitos da pesquisa que responderam aos instrumentos de coleta de dados, isto é, entrevista estruturada. Para a realização e interpretação da análise dos dados, buscamos auxílio nas discussões de autores consultados nas pesquisas

bibliográficas para fundamentar a pesquisa exploratória. Na sequência, registramos as considerações finais, referências e apêndices.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Há relatos por parte de autores como Jönsson (1994) e Mendes (1995), sobre a exclusão de pessoas deficientes físicos ou mentais e doentes, por parte da sociedade, pois eram vistos como marcados por demônios ou possuídos por espíritos, e acreditavam ainda que essas deficiências poderiam ser transmitidas através do contato.

Após o século XVIII, começaram a ser realizados movimentos contrários aos isolamentos de deficientes e cegos (LEMOS, 1981 apud Bueno, 1993, p. 56).

Menciona Mazzotta (1995, p.17), que na Europa ocorreram os primeiros atendimentos e ações as pessoas com necessidades específicas, e posteriormente os Estados Unidos, e outros países até chegar ao Brasil.

De acordo com Mantoan (2012, p. 1), o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil teve início a partir do século XIX, através de experiências norte-americanas e europeias que foram trazidas por brasileiros, com a finalidade de implementar e organizar atendimentos a pessoas com necessidades específicas. Segundo esta mesma autora, a história da educação especial foi dividida em três etapas, a saber:

- Primeiro período de 1854 a 1956 (marcado por iniciativas de caráter privado);
- Segundo período de 1957 a 1993 (definido por ações oficiais de âmbito nacional);
- Terceiro período de 1993 até os dias atuais (caracterizado por movimentos em favor da inclusão escolar).

Para Mantoan (2012, p.1), o primeiro período foi marcado pela atuação da iniciativa privada, cuja finalidade era o atendimento clínico especializado, ficando a educação escolar em segundo plano. No segundo período, caracterizado pelas ações oficiais, foram criadas as “campanhas” que tinham por finalidade abordar apenas uma categoria de necessidades específicas.

Segundo Mantoan (2012, p. 2), foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira em 1972, e sendo criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que posteriormente passou a ser a Secretaria de Educação Especial – SEESP.

Relata Mattos (2011, p. 26), que o Ministério da Educação sofreu reestruturação em 1990, e que, com a extinção da SEESP, a responsabilidade da educação especial passou a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB), tendo a coordenação em Brasília.

A iniciativa privada foi muito atuante no primeiro período, passando no segundo período com as ações oficiais, após esses períodos de implantação da educação especial no Brasil, surgiram várias legislações que asseguram a educação inclusiva, mas o preconceito muitas vezes impera.

2.1 MARCOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO SOBRE INCLUSÃO

Segundo Mazzotta (1995, p.29), no Brasil foi fundado o Imperial Instituto dos meninos cegos, localizado no Rio de Janeiro, por D. Pedro II, que atualmente é conhecido como Instituto Benjamin Constant, e no ano de 1942, foi editada a primeira revista para cegos no método braile. E a partir disso, foram criadas ONG's, a Sociedade Pestalozzi, a AACD (Associação de Assistência a Criança Defeituosa) e a APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), com intuito de auxiliar e absorver esses portadores de necessidades específicas.

Para Franco e Dias (2011, p. 2), até o ano de 1942, existiam em torno de 40 escolas públicas regulares que realizavam o atendimento a pessoas com necessidades especiais, então, deixou de ser um problema de saúde, passando então, a ser considerado um problema de educação.

De acordo com Brasil (2005), o Brasil é considerado o país que mais insere alunos com necessidades específicas no ensino regular na América Latina, e depois México e Chile.

Menciona a filósofa espanhola, Guijarro (2012), e especialista da organização das Nações para educação, Ciência e Cultura (Unesco), que através da educação inclusiva, são proporcionados benefícios como o desenvolvimento físico e intelectual nos sujeitos inclusos. Brasil, (2005, p. 1), descreve que:

Os outros alunos também aprendem valores como respeito, companheirismo e cidadania, e os professores têm um melhor desenvolvimento profissional ao lidar com as diferenças dentro da sala de aula.

Dados do Ministério da Educação (2006) demonstram que até 2005, dos quase 600.000 alunos matriculados, 34,4% tinham alguma necessidade específica. Há leis que estabelecem e orientam a inclusão de pessoas com necessidades específicas na educação, podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; A declaração Mundial sobre Educação Para Todos de 1990; a Declaração de Salamanca (1994); e a Convenção de Guatemala (1999).

A Declaração de Direitos Humanos (1948) assegurou a igualdade de todos perante a lei, bem como o direito à educação, liberdade, vida digna as pessoas com necessidades especiais.

O ano de 1981 constitui-se um marco para as pessoas com necessidades específicas de todo o mundo, pois foi neste ano que foi proclamada pela Organização das Nações Unidas – ONU, o Ano Internacional das Pessoas “Deficientes”.

Na Constituição Federal (1988), art. 208, inciso III, está previsto o atendimento especializado as pessoas com deficiências, preferencialmente em redes regulares de ensino.

Em 1990, foi criada a Declaração Mundial sobre educação para Todos, também conhecida como Declaração de Jomtien, e após assinada essa declaração, o Brasil assumiu o compromisso de diminuir o analfabetismo e proporcionar o ensino fundamental a todos, independente se possui ou não necessidades específicas.

De acordo com Capellini e Mendes (2011, p. 9), o Brasil em 1990 participou da Conferência Mundial Sobre Educação para Todos na cidade de Jomtien, na Tailândia, e foi criada então a lei de nº. 7.853, sobre a educação especial, que resguarda a criança com necessidades especiais, e descreve que, esta tem direito a educação especializada que abrange desde o pré-escolar a habilitação profissional, e que de preferência essa educação seja realizada em escolas públicas.

No ano de 1994, foi feita a Declaração de Salamanca com objetivo específico na defesa da priorização política e orçamentária à educação as pessoas com necessidades específicas, favorecendo a todos que tenham dificuldades.

Segundo Russo (2011), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.9394/96, apresenta subsídios para a implantação da Educação Especial em municípios brasileiros, respeitadas inúmeras, complexas e variadas realidades conjunturais.

Após essas declarações, leis e diretrizes ocorreu a Convenção de Guatemala (1999), com o propósito de eliminar toda e qualquer forma de discriminação contra os deficientes.

Para Santana (2011, p. 3), a diferenciação das pessoas com necessidades específicas em escolas e instituições especiais, separava as crianças da sociedade, com o grupo “normal” e “anormal”.

Menciona Freitas (2001, p. 24), que ensino integrado e ensino inclusivo são diferentes, assim, ensino integrado é caracterizado quando portador de necessidade específica se adapta em escola regular. O ensino inclusivo reconhece que todas as crianças são diferentes e que as escolas precisam utilizar diferentes métodos para trabalhar com necessidades e capacidades de cada sujeito, o ensino inclusivo corresponde melhor às necessidades dos sujeitos com necessidades especiais.

Silva (2009) relata que, não são necessárias apenas intenções, mas deve ocorrer a ressignificação da teoria na prática.

Na prática da inclusão alguns aspectos devem ser considerados, como: a disposição física no ambiente com carteiras enfileiradas, materiais didáticos iguais para todos, adaptações de mobília e acessos, pois essa disposição de móveis e material facilita o acesso do aluno e proporciona sensação de conforto no ambiente.

2.2 DEFICIÊNCIA VISUAL

De acordo com Farias e Buchalla (2005) a OMS – Organização Mundial da Saúde publicou em 1976, a International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps (ICIDH), que é a Classificação internacional as Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (handicaps) – CIDID3, que conceituou deficiência como anormalidades nos órgãos e sistemas e estruturas do corpo. Tendo como sequência linear doença – deficiência – incapacidade – desvantagem. Sendo a incapacidade (disability) as consequências da deficiência com base no rendimento funcional; e desvantagem (handicap) é a adaptação do indivíduo ao meio resultante da deficiência e incapacidade, dando origem ao CIF. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

Segundo a Fundação Dorina Nowill para Cegos (2012), a classificação educacional sobre a deficiência visual, é feita de modo abstrato, sendo o instrumento

usual a escala de Snellen, composta por fileiras de letras em tamanho decrescente que são lidas a distância de 20 pés, definindo como perda total ou parcial, congênita ou adquirida da visão, determinando assim dois grupos de classificação de deficiência: cegueira (perda total ou pouca capacidade de enxergar); e baixa visão ou visão subnormal (comprometimento do funcionamento visual).

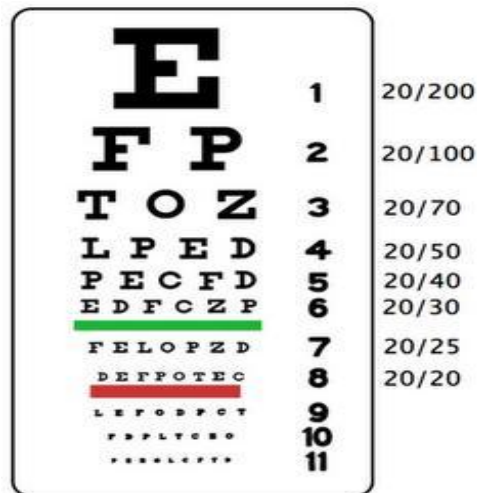


Figura 1 – Escala de Snellen.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Snellen06.png>

Segundo o decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004, art. 5º c, define deficiência visual como cegueira, a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 com a correção óptica; a baixa visão é acuidade visual entre 0.3 e 0.05 no melhor olho com a correção óptica. Considerando a deficiência visual pode ser baixa visão, quase próximo da cegueira e cegueira total. A cegueira pode ser congênita (quando nasce com a deficiência) ou adquirida (causada posteriormente por patologias ou acidentes).

2.3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

O CAT – Comitê de Ajudas Técnicas, instituído pela Portaria n. 142, de 16 de novembro de 2006, conceitua tecnologia assistiva (Brasil, 2008, p. 1), como:

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades

ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Segundo I.T.S. – Instituto de Tecnologia Social (2008, p. 10), o que tem contribuído para facilitar e efetivar a comunicação das pessoas é o cenário de criação de tecnologias que garantem a acessibilidade, a comunicação alternativa e ampliada (CAA).

De acordo com Romagnolli (2012), para auxiliar deficientes visuais (baixa visão) pode ser utilizado sistema de ampliação de letras de livros, apostilas, provas com letras aumentadas. A iluminação também deve ser observada, assim como o contraste de cores utilizados em sala de aula interfere no processo da visão.



Figura 1 – Lupa manual e lupa manual com iluminação.

Fonte: <http://www.provista.com.br/lupas.htm>, 2012.

Para Sá, Campos & Silva (2007) a utilização de lupas, óculos, lentes proporcionam melhor desempenho visual e conforto, mas ainda há necessidade de material adaptado e outros cuidados. O uso de recursos ópticos como lupas manuais ou de mesa que é útil para ampliar o tamanho das fontes, dimensões de mapas cartográficos, tabelas, bem como as telelupas podem ser utilizadas para assistir TV, apresentações e jogos.



Figura 2 – Tela de Aumento 2x

Fonte: <http://www.provista.com.br>, 2012.

Recursos como a tela de aumento e lupas podem ser utilizadas em sala de aula ou em casa, porque é de fácil manuseio, baixo custo e auxiliam significativamente na leitura e escrita.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, ensino fundamental e médio, localizado na Rua Cláudio Coutinho, s/n, Bairro Morumbi III, no município de Foz do Iguaçu- PR.

O colégio está localizado na região leste de Foz do Iguaçu-PR, e a maior parte da população que compõe o bairro é de classe média/baixa.

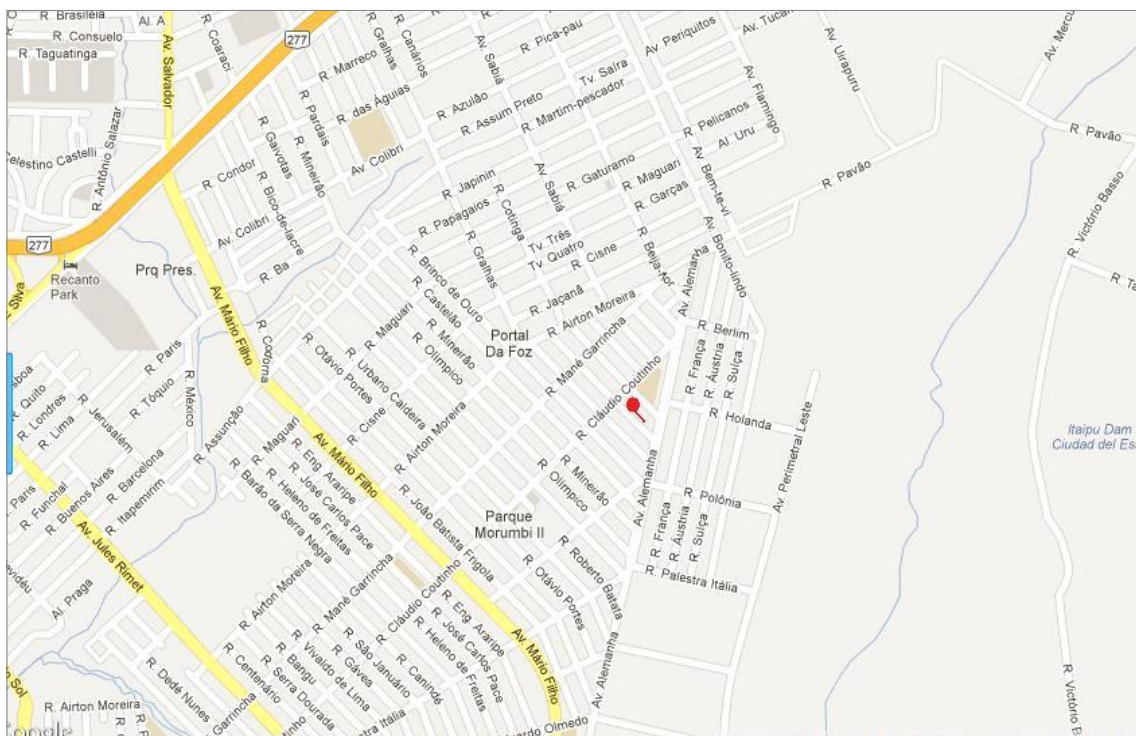


Figura 4 – Localização geográfica do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade.

Fonte: Google Maps, 2012.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Para realizar esta pesquisa, primeiramente realizamos um levantamento bibliográfico, que possibilitou refletir sobre fundamentos teóricos. Conforme Gil

(2008), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em material já publicado sobre o tema em estudo.

Após a pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa exploratória do tipo estudo de caso. A pesquisa exploratória buscou fornecer dados para análise acerca da educação inclusiva, cujo foco foi verificar como acontecem as adaptações a fim de propiciar o aprendizado de um aluno com deficiência visual, inserido no ensino comum.

De acordo com Gil (2008), uma pesquisa exploratória tem por objetivo familiarizar o pesquisador com o assunto do estudo, geralmente, pouco conhecido. Comumente este tipo de pesquisa se torna mais específico, assumindo a forma de estudo de caso.

Em nossa pesquisa, a pesquisa exploratória tornou a forma de estudo de caso, já que abordou, especificamente, a educação inclusiva de alunos inclusos com deficiência visual ou baixa visão de uma determinada escola.

3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi feita através de entrevistas realizadas individualmente, com autorização prévia dos sujeitos participantes da pesquisa formalizadas através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e registradas em um gravador digital para preservar os dados e detalhes durante a entrevista, bem como a observação desse aluno com o professor e demais colegas. Foram feitos roteiros para as entrevistas do aluno, composto por 8 perguntas, da professora de Língua Portuguesa, contendo 10 questionamentos e para a supervisora, com 7 questionamentos.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados realizada através da análise do conteúdo. De acordo com Silva, Gobbi, Simão (2005, p. 72), a análise do conteúdo é um método de pesquisa qualitativa que através do surgimento de teorias são realizadas análises em comparação com as falas dos envolvidos.

Oliveira (2008, p. 570) *apud* Moscovici, algo dito ou escrito é suscetível de ser analisado de acordo com a análise do conteúdo, sendo a análise do conteúdo um recurso metodológico passível de ser analisado através da comunicação cotidiana.

Após a coleta, através de entrevista objetiva, sistemática e com abordagem apenas do conteúdo interessado, realizamos análise do conteúdo, relação e comparação com artigos, livros e trabalhos científicos com temas relacionados e estudados na pesquisa bibliográfica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aluno com baixa visão, que será referenciado neste trabalho através do pseudônimo de FJA, tem dezoito anos, estuda no terceiro ano do ensino médio, modalidade regular, período noturno.

Análise da Entrevista do Aluno Portador de Necessidades Específicas

As apresentações e reflexões iniciais deste capítulo objetiva contribuir com as discussões acerca das concepções sobre a importância da família no processo de inclusão, a superação do indivíduo com necessidades específicas, a interação com os colegas de classe, e o uso de alternativas para auxílio com sua limitação a partir do marco teórico que fundamentou nossa pesquisa.

Quando indagado sobre a sua necessidade específica, FJA informou que soube através de seus pais. Relatou ainda que no parto sua genitora teve problemas com dilatação, e com a demora do preparo da cesária teve uma paralisia cerebral, o que comprometeu a sua visão, ficando sem oxigênio ocasionando a lesão no tubo neural, com 20% da visão preservada.

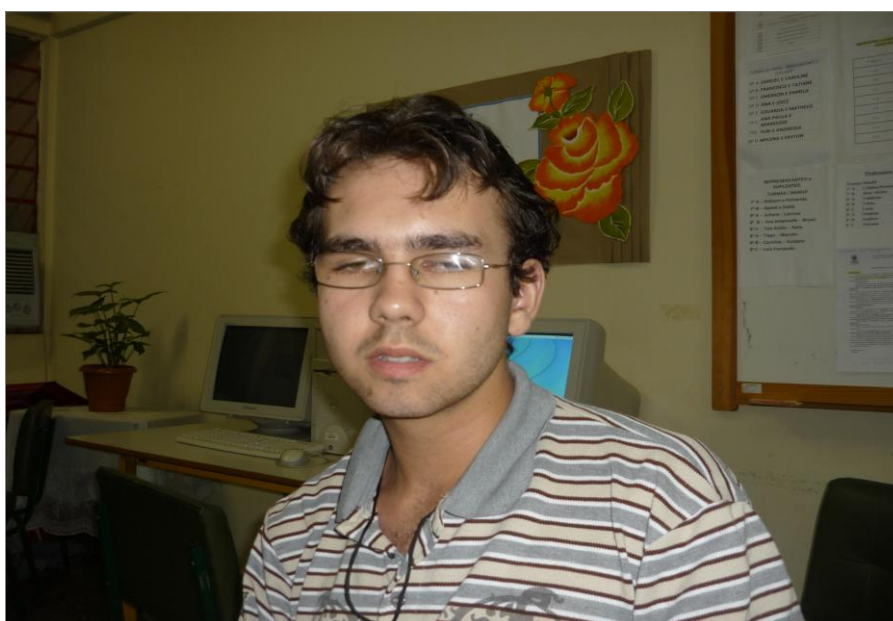


Figura 4 – Aluno com baixa visão – FJA.

Fonte: O autor, 2012.

Quando perguntado sobre a atitude de seus pais, explicou que seus pais ficaram preocupados, pois ao completar um ano de idade, FJA quando se locomovia batia nos móveis, então nesse momento percebeu-se a necessidade de levá-lo a um médico especialista, e foi verificada a necessidade do uso dos óculos.

De acordo com Oliveira (2008, p. 3) quando o apoio familiar é grande o enfrentamento e aceitação da deficiência é amenizada, o que aumenta as chances de ultrapassar barreiras e favorecer a inclusão.

Então com FJA, verifica-se a superação, pois desde a infância os seus pais buscaram recursos na medicina, e não fecharam os olhos para a dificuldade que todos na família iriam enfrentar a partir dessa descoberta.

Relatou FJA que as dificuldades no dia a dia são muitas, dentre as quais, a claridade, a luz do Sol, letreiros de ônibus coletivo, e suas dificuldades na escola são quanto ao quadro (branco) que proporciona reflexo da luz, o que impossibilita o aluno copiar as atividades, quanto à aplicação de provas e leitura de livros.

De acordo com Rodrigues e Souza (2007, p. 45, 46) o atendimento pedagógico também deve ser considerada as condições básicas, como a sala de aula, acessibilidade as dependências, móveis adequados, claridade suficiente e além dessas interações físicas, outra condição que favorece o aprendizado é a interação professor—aluno, aluno-aluno e professor-escola.

Verificamos que no colégio que FJA estuda a utilização de quadro de pincel dificulta os estudos, devido o reflexo que luz proporciona no quadro branco, então ocorre a inclusão através da interação aluno-aluno, quando o seu colega de sala dita o conteúdo.

Menciona Romagnolli (2012, p.12), que não há “receitas” de como atuar com os indivíduos com baixa visão, pois a acuidade visual é diferente, o que um indivíduo pode classificar como fácil outro pode mencionar que a mesma tarefa é difícil.

O tratamento e dispositivos utilizados pela escola no atendimento de FJA, pode não funcionar com outro portador de necessidade específica-baixa visão, porém cada indivíduo utiliza-se de auxílios diversos.

Para Oliveira (2008, p. 12), as pessoas são tratadas como cegos ou com visão normal, e o indivíduo com baixa visão esta numa posição intermediária, e quando é tratado como cego, não utiliza a visão residual de modo efetivo, e quando tratado com visão normal as suas limitações não são compreendidas, o que pode ocasionar sentimentos conflitantes.

FJA solicita auxílio de colegas que se sentam próximo a sua carteira para que ditem/leiam o conteúdo exposto no quadro da sala de aula, e também quando se ausenta de casa para a escola ou centro da cidade, necessita sempre que algum parente o acompanhe. Quanto às provas, FJA diz que a professora de Português realiza provas com letras aumentadas, ou em duplas para facilitar e com isso professores de outras disciplinas tem utilizado as mesmas ferramentas, pois alguns ainda não tinham conhecimento de duas limitações.

A turma o trata naturalmente, apesar de auxiliarem a maior parte do período em sala de aula. FJA acrescentou que atualmente esta cursando no contra turno um curso profissionalizante de assistente administrativo no CEBRAC (Centro Brasileiro de Cursos), porque pretende trabalhar e superar as suas limitações, estar inserido num ambiente profissional.

Para ROCHA (2009), os deficientes visuais congênitos têm mais facilidades de adaptação, e os traumas e transtornos psicológicos de pessoas que perdem a visão na fase adulta são mais acentuados, isso se deve por já terem tido contato com o ambiente externo. Demonstra FJA através do seu comportamento normal e com atitude amável e tranquilo, e com relacionamento confiável aos demais alunos.

Quanto à utilização de tecnologias assistivas pelo aluno, mencionou que recebeu do colégio uma lupa, mas ficou envergonhado, e o uso de softwares, por exemplo, Dosvox¹, o mesmo não se adaptou por ser para deficientes cegos. E que prefere o auxílio dos colegas, por ter maior contato, o que favorece a interação e carência social, contudo pode vir atrapalhar o colega por tirar a atenção do mesmo quanto as explanações em sala de aula.

¹ *DOSVOX – é um sistema operacional para microcomputador, baseado no DOS e mo uso intensivo de voz, desenvolvido no Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE/UFRJ), desenvolvido para facilitar o acesso de deficientes visuais aos computadores. Disponível: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos.htm>.

Análise da Entrevista da Professora de Língua Portuguesa

A professora de língua Portuguesa, ARS quando entrevistada, relatou que ministra essa disciplina há 24 anos, e que o perfil dos alunos, são adolescentes, cursando o Ensino Médio Regular, de classe média/baixa, mas muito esforçados, e com um aluno em uma das turmas de terceiro ano com necessidade específica (deficiência visual).

E que soube dessa necessidade através da dificuldade na escrita e leitura no quadro, e uso de óculos com grau muito elevado. Não há acompanhamento do aluno por algum monitor, e quem o auxilia é um colega de sala de aula, que dita à matéria ao aluno quando há utilização do quadro.

Dutra (2011, p. 17) menciona que a prática do professor é diferente à medida que convive com seu aluno proporcionando melhor direcionamento no aprendizado escolar, o que ficou caracterizado através do discurso da professora ARS, quando relatou que percebeu a limitação de FJA através das dificuldades de leitura e escrita do aluno.

De acordo com Dutra (2011, p. 33), o professor deve estar preparado e capacitado profissionalmente para perceber as limitações dos alunos e saber lidar e proporcionar a inclusão.

Assim como para Rodrigues e Souza (2007, p. 44) é primordial que o professor de sala de aula tenha uma formação geral, pois isso permite reconhecer e poder atender as diversidades dos alunos, bem como acionar os apoios necessários.

A experiência e percepção da professora ARS, possibilitou identificar a limitação de FJA, que apesar da sua família ter avisado a equipe pedagógica sobre a sua necessidade específica, esse dado importante não foi repassado aos professores.

Relata a professora ARS que as avaliações são diferenciadas, com letras aumentadas e de fácil percepção, e conteúdos ditados para a turma. FJA é introvertido, e muitas vezes não interage com toda a turma, os amigos são limitados, mas o comportamento da turma para com o FJA é natural.

Rodrigues e Souza (2007, p. 48), defende que a avaliação deve ser dinâmica, e realizada através de instrumentos e formas diversificadas. Vindo de encontro com

o que menciona ARS quando sobre ampliação das provas e leitura do quadro em sala de aula.

Informou a professora ARS que o aluno já foi prejudicado, vindo a ser reprovado, pois foi julgado de incapaz por professores que não compreenderam a limitação do aluno, então acredita que para haver inclusão é necessário que haja um comprometimento de todos os setores, para auxiliar os alunos com necessidades específicas para de fato ocorrer à inclusão.

Mencionou a professora que o aluno teve auxílio do colégio, onde foi proposto o uso de lupa, contudo o aluno ficou envergonhado com relação aos demais, pois sentia-se diferente e alguns alunos faziam comentários maldosos.

Verificamos a necessidade da formação continuada por parte da equipe escolar, bem como experiência e outros olhares para com os alunos, de modo a perceber quando a limitação é física, e não cognitiva, e assim proporcionar a efetiva inclusão, não exclusão por desconhecimento.

Análise do questionário da Supervisora do Colégio

A supervisora do colégio desempenha suas funções na equipe pedagógica há sete anos, e informou que teve conhecimento da limitação de FJA, através do encaminhamento dos professores. Apesar da necessidade específica de FJA, ele é um bom aluno, e são verificadas dificuldades na leitura e escrita, e por isso as provas tem que ser diferenciadas, mas não são todos professores que confeccionam avaliações com letras ampliadas.

Relatou que o aluno recebeu uma lupa do colégio no início do ano para uso nas atividades em sala de aula, mas utilizou pouco tempo, porque ficou com vergonha.

De acordo com Sant'Ana (2005, p. 228) os educadores precisam estar habilitados para atuar de modo competente aos alunos inclusos, apesar da necessidade de preparação adequada dos agentes educacionais estar especificada na Declaração de Salamanca e na LDB 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), a capacitação é distante da prática pedagógica.

Percebemos que a inclusão em escolas regulares está abordado em leis, declarações e diretrizes, mas a própria equipe pedagógica atuante no colégio foi avisada sobre a deficiência do aluno pesquisado por professores, então nota-se a importância efetiva da família no contexto escolar, sendo que o aluno já foi prejudicado em séries anteriores pelo desconhecimento dos professores e falta de percepção sobre a sua limitação, sendo reprovado por conversa paralela não conseguindo atingir a média, quando na realidade o colega de sala ditava o conteúdo, não se tratando de conversa paralela.

Relata que o comportamento do aluno é normal para com outros alunos. A visão sobre a inclusão é que não deve haver barreiras, desde que a necessidade específica desse educando possa ser suprida por um profissional especializado na área.

Toledo, (2009, p. 9), relata que, “estudos comprovam que a inteligência não vem a ser prejudicada pela sua limitação visual, pois ela tem a capacidade de aprender assim como os demais alunos, sendo necessário e de suma importância diferenciar o método de transmissão de conteúdo.” Todo deficiente visual, tem amparo legal e tem direito de frequentar o ensino regular, e deve ser tratado como

uma pessoa normal, sem sentimentos de rejeição, ou subestimação, pois esses indivíduos têm força de vontade de superar os seus limites.

Defende Sant'Ana (2005, p. 228), que a inclusão educacional deve ter o engajamento e envolvimento de todos os membros da equipe escolar, desde o planejamento até as ações.

A equipe pedagógica deve fazer uso das reuniões pedagógicas, instigar e abordar questões sobre a inclusão e buscar ideias sobre recursos e estratégias a serem utilizadas em sala de aula. As providências administrativas devem ser tomadas pelo diretor, buscando a acessibilidade e inclusão social e educacional.

Outro fator a ser abordado é a questão da inclusão no ensino regular, onde em pleno século XXI pode-se perceber que profissionais da área da educação não utilizam métodos para auxiliar o portador de necessidades específicas, e isto está claramente relatado pela professora e pela supervisora do colégio de FJA.

Desse modo, Domingos (2005, p. 87-88), ressalta a necessidade de uma mudança significativa na maneira de ver os portadores de necessidades específicas, e expressões como “coitadinho, não dá conta, não pode” não contribuem, apenas causa a superproteção, e cabe a todos fazer valer as leis municipais, estaduais e federais, para que essas pessoas sejam reconhecidas como cidadãos capazes, integrantes e participantes.

Para Sant'Ana (2005, p. 231) *apud* Thousand & Villa (1991), a inclusão implica em práticas escolares que favoreçam a relação significativa na aprendizagem colaborativa, capaz de remover barreiras.

Culturalmente, a inclusão escolar é vista como impossível ou um atrapalho em sala de aulas regulares, desmistificar esse pensamento é um desafio para o governo, pois há uma porção de indivíduos na educação que assumem negativamente as ações para inclusão. Cabe a alguns educadores empenhados e pais presentes compartilhar e atuar efetivamente no processo de inclusão, demonstrando que a educação é para todos.

Apesar de compartilhar o mesmo espaço físico, o portador de necessidade específica não está incluso, são necessárias adaptações pedagógicas, tanto no PPP (Projeto Político Pedagógico), quanto na formação continuada e aceitação por parte da equipe escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado nos permitiu identificar as dificuldades no processo de inclusão, bem como a reflexão sobre os aspectos que permeiam a inserção de pessoas com necessidades específicas na educação regular.

Os objetivos desta pesquisa foram alcançados, pois a interação aluno-aluno foi verificada através da ajuda que seus colegas o auxiliam em sala de aula. A interação aluno-professor ficou demonstrada pelos participantes da pesquisa, e através da preocupação da professora em auxiliar o aluno e promover adaptações nas provas e atividades em sala de aula. A interação aluno-equipe pedagógica foi demonstrada pelos participantes, apesar de pouco contato, porém foi abordada a proposição por parte da equipe pedagógica no uso de lupa pelo aluno.

Tentamos propor tecnologias assistivas, mas nos deparamos por parte do aluno que o mesmo teve auxílio por parte do colégio com aquisição de lupas, e não obteve êxito.

Nota-se que o processo de educação inclusiva ocorre através da preparação do professor, que deve considerar as diferenças culturais e dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar, pois a contribuição do professor é fundamental no aperfeiçoamento das condições de trabalho.

No discurso da professora e da supervisora fica evidente uma posição favorável à educação inclusiva, o que favorece a inclusão, já que a persistência auxilia na efetivação do processo, contudo há educadores que mesmos cientes sobre a inclusão de portadores de necessidades específicas na educação regular, mencionam que as transformações devem ser provenientes de transformações políticas, no entanto não pode-se cruzar os braços e aguardar, pois as transformações também devem ocorrer no âmbito pessoal.

Ressalta Domingos (2005), que a diversidade dos alunos deve ser respeitada, inclusive aqueles com necessidades específicas, não deve ser negado o direito de participação ativa na comunidade escolar.

Pode-se verificar a preocupação quanto ao auxílio e inclusão do aluno pesquisado no Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade por parte dos da equipe pedagógica e da professora de Língua Portuguesa, que proporcionam alternativas para que o discente seja visto pela comunidade escolar como mais um aluno.

Apesar de inúmeras leis, deliberações, declarações que asseguram a inclusão escolar, alguns profissionais da educação estão desatualizados com preconceito arraigado e não se posicionam a fim de tentar auxiliar, os alunos que possuem necessidades específicas no processo de inclusão social e escolar, embora não tenha sido esse o comportamento dos profissionais atuantes no colégio pesquisado.

Mais do que mencionar e propor no projeto político pedagógico do colégio é o querer ajudar, concretizar a inclusão escolar e integrar esse aluno como cidadão comum.

Vimos que alguns professores ficaram surpreendidos quando souberam nos dias em que foram realizadas as entrevistas sobre a existência de um aluno com limitação no referido colégio.

Um ponto a ser mencionado com relação às dificuldades na realização efetiva da inclusão escolar de aluno portador de necessidade específica é a formação inicial e continuada do professor que contemple a diversidade e diferentes realidades que são encontradas em sala de aula.

Reforça-se o fundamental acompanhamento da família na escola, e com isso fica evidenciada a superação do aluno, que apesar de suas dificuldades quer supera barreiras e estar incluso tanto no âmbito educacional, como na sociedade, através da procura de uma profissão que irá desempenhar com igualdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. BRASIL. **Comitê de Ajudas Técnicas. Ata 7.** Disponível em: <<http://www.Mj.gov.br/corde/arquivos/doc>>. CORDE, 2008, p. 138. Acesso em: 01 mar.2012.

_____. **Declaração Mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Ministério da Educação e do Desporto. Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 01 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. **O Brasil é destaque em Inclusão na América Latina.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2435&catid=202&Itemid=86>. Abril, 2005.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

CAPELLINI, V. L. M. F; MENDES, E. G. **História da Educação Especial: Em Busca de um Espaço na História da Educação Brasileira.** UNESP/Bauru. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO_S/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf>. Acesso em: 02 maio 2011.

DOMINGOS, M. A. **A Escola Como Espaço de Inclusão:** Sentidos e significados por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 2005, p.373.

DUTRA, E. M. S. **Monografia: A Inclusão do Deficiente Visual no Ensino Regular.** Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humana e Saúde. Brasília, 2011, p. 42.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. **A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas.** *Rev. bras. epidemiol.* [online]. 2005, vol.8, n.2, pp. 187-193. ISSN 1415-790X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2005000200011>.

FUNDAÇÃO NORINA NOWILL PARA CEGOS – Deficiência Visual. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>>. Acesso: mar. 2012.

FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. da S. **A Educação de Pessoas Cegas no Brasil.** Disponível em: <http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo05_educacao.pdf>. Acesso: 14 maio 2011.

FREITAS, A. P. **A Educação Especial e a Escola Inclusiva: O Processo de Inclusão no Contexto da Educação Regular.** Universidade da Amazônia. Belém – PA, 2001.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIJARRO, R. B. **Seminário de Educação Inclusiva.** Rede SACI. Disponível em: <http://www.covest.com.br/int_interface/Default_Exibir_Conteudo.asp?CO_TOPICO=223>. Acesso: 06 nov. 2012.

JÖNSSON, T. **Inclusive education.** Hyderabad Índia: THPI, 1994, 158p.

I.T.S., Instituto de Tecnologia Social. Cartilha - **Tecnologia Assistiva na Escola:** Recursos Básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. São Paulo – SP: 2008 P. 62.

MANTOAN, M. T. É. **A Educação Especial no Brasil: da Exclusão a Inclusão Escolar.** Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>> . Acesso: 26 out. 2012.

MATTOS, S. P. A. **Marcos Históricos e Legais sobre a Escolarização de Pessoas com Necessidades Especiais.** Monografia. Universidade do Rio de Janeiro – São Gonçalo – RJ, 2011, p. 44.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1995, p.208.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade.** Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, A. L. **A Participação da Família no Processo de Formação da Identidade do Aluno com Baixa Visão.** Artigo PDE, Curitiba, 2008, p. 35.

OLIVEIRA, D. C. **Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma Proposta de Sistematização.** Revista de Enfermagem. UERJ, Rio de Janeiro, 2008. Out./Dez; 16(4): 569-76.

PROVISTA. **Produtos para Baixa Visão.** Disponível em: <<http://www.provista.com.br/index.htm>>. Acesso: 02 nov. 2012.

ROCHA, E. V. **Monografia Tecnologias Assistivas e Suportes Informativos para Portadores de Necessidades Especiais Visuais: estudo exploratório nas Bibliotecas Setoriais da UFBA.** Universidade Federal da Bahia. Instituto da Ciência da Informação – Biblioteconomia e Documentação. Salvador- BA, 2009, p. 48.

RODRIGUES, F. L. V.; SOUZA, A. M. **Apostila Pedagogia – Educação Inclusiva.** Universidade de Brasília – Brasília, 2007, p.53.

ROMAGNOLLI, G. S. E. **Inclusão do Aluno com Baixa Visão na Rede Pública de Ensino: procedimentos dos Professores.** Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-4.pdf>. Acesso: 26 out. 2012.

RUSSO, A. **Os Filhos do Silêncio.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/os-filhos-do-silencio/50575/>>. Acesso: 15 maio 2011.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. G. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília – DF: 2007, p. 57.

SANT'ANA, I. M. **Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores.** Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n.2. p. 227-234, mai./ago. 2005.

SANTANA, J. **Educação Especial e Responsabilidade Estatal: Metodologias e Compromissos.** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:G7DWcEsTwjoJ:www.ebah.com.br/content/ABAAAwhIAB/educacao-especial-responsabilidade-estatal-metodologias-compromissos+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&source=encrypted.google.com>>. Acesso: 10 maio 2011.

SILVA, B. K. L. N. **Inclusão Escolar de uma Criança com Síndrome de Down.** XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, 2009.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O Uso da Análise de Conteúdo Como Uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: Descrição e Aplicação do Método.** Revista Organ. Rurais Agroindustrial, Lavras, v.7, n.1, p. 70-81, 2005.

TOLEDO, C. E. **Deficiência Visual no Ensino Fundamental.** Unisaesiano. Lins, 2009, p. 13.

VENTURA, M. M. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Revista SOCERJ. Pedagogia Médica. V. 20. Ano 5, 2007, p. 383-386.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2 edição. Bookman Editora. Porto Alegre, 2001.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada Realizada com a professora da disciplina de Língua Portuguesa do Colégio Carlos Drummond de Andrade, Foz do Iguaçu- PR.

Entrevista para professor

Roteiro da Entrevista Semi-estruturada Realizada com o Professor (a) do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade – Ensino Fundamental e Médio – Foz do Iguaçu – PR.

Prezado (a) professor (a)

O objetivo desta pesquisa é identificar as dificuldades no processo de inclusão do portador de deficiência visual (baixa visão), para auxiliar na monografia do Curso de Especialização em Métodos e Técnicas – UTFPR, sob o título de Inclusão Escolar, a Deficiência Visual em Questão, gostaria de contar com a sua colaboração através desta entrevista, as respostas serão utilizadas apenas para fins de estudo.

1 – Qual disciplina ministra no colégio? Quanto tempo de profissão?

2 – Qual o perfil de seus alunos?

3 – Quantos alunos têm deficiência na turma do 3ºB?

4 – Quais as dificuldades do aluno?

5 – Como você verificou a deficiência do aluno?

6 – Tem algum monitor que acompanha este aluno em sala de aula?

7 – É realizado algo para auxiliá-lo na escola? Se sim, o que?

8 – Como é o comportamento individual do aluno?

9 – Como é o comportamento da turma perante o aluno?

10 – Qual a sua visão/opinião sobre a inclusão no ensino regular?

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada Realizada com o aluno (baixa visão) do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, Foz do Iguaçu - PR.

Entrevista para aluno (a)

Roteiro da Entrevista Semi-estruturada Realizada com o aluno (a) (baixa visão) do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade – Ensino Fundamental e Médio – Foz do Iguaçu – PR.

Prezado (a) aluno (a)

O objetivo desta pesquisa é identificar as dificuldades no processo de inclusão do portador de deficiência visual (baixa visão), para auxiliar na monografia do Curso de Especialização em Métodos e Técnicas – UTFPR, sob o título de Inclusão Escolar, a Deficiência Visual em Questão, gostaria de contar com a sua colaboração através desta entrevista, as respostas serão utilizadas apenas para fins de estudo.

- 1 – Nome Completo:.....Idade.....
- 2 – Quando e como soube de sua necessidade específica?
- 3 – Qual foi a reação dos pais quando souberam da necessidade específica?
- 4 – Quais são suas dificuldades no dia a dia?
- 5 – Quais as suas dificuldades na escola?
- 6 – O que você faz para superar suas dificuldades?
- 7 – Você recebe algum tipo de auxílio durante as aulas (colegas de turma e professor)?
- 8 – Como você se sente perante a turma?

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada Realizada com supervisora do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, - Foz do Iguaçu – PR.

Entrevista para equipe pedagógica

Roteiro da Entrevista Semi-estruturada Realizada com a equipe pedagógica sobre estudo de caso do aluno (a) (cego/baixa visão) do Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade – Ensino Fundamental e Médio – Foz do Iguaçu – PR.

Prezado (a) supervisor(a)

O objetivo desta pesquisa é identificar as dificuldades no processo de inclusão do portador de deficiência visual (baixa visão), para auxiliar na monografia do Curso de Especialização em Métodos e Técnicas – UTFPR, sob o título de Inclusão Escolar, a Deficiência Visual em Questão, gostaria de contar com a sua colaboração através desta entrevista, as respostas serão utilizadas apenas para fins de estudo.

- 1 – Quanto tempo desempenha função na equipe pedagógica?
- 2 – Como você soube sobre a necessidade específica do aluno com baixa visão?
- 3 – Quais as dificuldades verificadas sobre o aluno?
- 4 – Como é o comportamento do aluno (baixa visão)?
- 5 – Como é o comportamento da turma perante os alunos?
- 6 – É realizado algum tipo de auxílio para este aluno durante as aulas?
- 7 - Qual a sua visão/opinião sobre a inclusão no ensino regular?

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
R.G. nº. _____, aceito participar da pesquisa: Inclusão
Escolar, a deficiência visual em questão, realizado pela aluna de pós-graduação em
Métodos e Técnicas de Ensino - UTFPR, Andressa Mayra dos Santos Fukuda, R.G.
nº. 6.103.614-8, C.P.F.: 007.616.509-46, ciente da posterior divulgação de todos os
dados da pesquisa.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2012.

Pesquisado

Andressa Mayra dos Santos Fukuda

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, portador da
Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº
_____, residente à Av/Rua
_____, nº. _____, município de
Foz do Iguaçu/Paraná, matriculado regularmente no ano _____, do
Colégio _____. Declaro estar
ciente, autorizando minha participação na aplicação e representações que compõem
como requisito parcial para obtenção de Certificação do Curso de Pós-graduação
em Métodos e Técnicas de Ensino – EaD-UTFPR, com o apoio e atuação dos
pesquisadores, Andressa Mayra dos Santos Fukuda e Silvana Mendonça Lopes.
Tenho conhecimento e não tenho oposição à participação. Autorizo, desde já, a
eventual divulgação do meu nome e/ou materiais (textos, imagem) enviados e/ou
produzidos, contendo imagem e som de voz do mesmo, em todos os meios, mídias
e/ou suportes necessários que não denigram a minha imagem, sem que isso
implique em qualquer ônus aos pesquisadores e a UTFPR.

De acordo:

Foz do Iguaçu, 24 de outubro de 2012.

Assinatura

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Frederico José de Assis,
R.G. nº. 10.214.217-9, aceito participar da pesquisa: Inclusão
Escolar, a deficiência visual em questão, realizado pela aluna de pós-graduação em
Métodos e Técnicas de Ensino - UTFPR, Andressa Mayra dos Santos Fukuda, R.G.
nº. 6.103.614-8, C.P.F.: 007.616.509-46, ciente da posterior divulgação de todos os
dados da pesquisa.

Foz do Iguaçu, 30 de Outubro de 2012.



Pesquisado



Andressa Mayra dos Santos Fukuda

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Aparecida Ribeiro dos Santos,
R.G. nº. 5.809.603-2, aceito participar da pesquisa: Inclusão
Escolar, a deficiência visual em questão, realizado pela aluna de pós-graduação em
Métodos e Técnicas de Ensino - UTFPR, Andressa Mayra dos Santos Fukuda, R.G.
nº. 6.103.614-8, C.P.F.: 007.616.509-46, ciente da posterior divulgação de todos os
dados da pesquisa.

Foz do Iguaçu, 23 de outubro de 2012.



Pesquisado



Andressa Mayra dos Santos Fukuda

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Nair Dalmas Rodrigues,
R.G. nº. 4516 745- 3, aceito participar da pesquisa: Inclusão
Escolar, a deficiência visual em questão, realizado pela aluna de pós-graduação em
Métodos e Técnicas de Ensino - UTFPR, Andressa Mayra dos Santos Fukuda, R.G.
nº. 6.103.614-8, C.P.F.: 007.616.509-46, ciente da posterior divulgação de todos os
dados da pesquisa.

Foz do Iguaçu, 01 de novembro de 2012.

Nair Dalmas Rodrigues
Pesquisado

Andressa Mayra dos Santos Fukuda

Nair Dalmas Rodrigues
Professora Pedagoga
RG: 4.516.745-3/PR
DEC 3745 - DOE 0638 de 25/01/12



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Frederico José de Assis,
nacionalidade Brasileira, estado civil Solteiro, portador da
Cédula de identidade RG nº. 10.214.217-9, inscrito no CPF/MF sob nº
064.295.829-73, residente à Av/Rua
Alameda URV, nº. 255, município
de Foz do Iguaçu/Paraná, matriculado regularmente no ano 3º, do
Colégio Carlos Drummond de Andrade. Declaro estar
ciente, autorizando minha participação na aplicação e representações que
compõem como requisito parcial para obtenção de Certificação do Curso de Pós-
graduação em Métodos e Técnicas de Ensino – EaD-UTFPR, com o apoio e
atuação dos pesquisadores, Andressa Mayra dos Santos Fukuda e Silvana
Mendonça Lopes. Tenho conhecimento e não tenho oposição à participação.
Autorizo, desde já, a eventual divulgação do meu nome e/ou materiais (textos,
imagem) enviados e/ou produzidos, contendo imagem e som de voz do mesmo,
em todos os meios, mídias e/ou suportes necessários que não denigrem a minha
imagem, sem que isso implique em qualquer ônus aos pesquisadores e a UTFPR.

De acordo:

Foz do Iguaçu, 24 de outubro de 2012.

Assinatura